



Deputados acham que novas medidas deixam os estados mais dependentes do Governo Federal

Oposição vê estados prejudicados

Apesar de o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, ter dito que o novo plano econômico não altera as condições de financiamento das dívidas estaduais, parlamentares de oposição começaram a se mobilizar ontem para impedir que governadores e prefeitos fiquem sujeitos ao arbítrio do Governo Federal. O deputado Tidei de Lima (PMDB-SP) está convencido de que, ao extinguir as operações de *overnight* e criar um fundo de aplicações financeiras, o governo acabou com a fonte básica de financiamento dos déficits estaduais e jogou os governadores na mesma situação em que se encontravam antes da nova Constituição. "O governador que quiser rolar sua dívida, agora, vai ter de pedir permissão à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Volta a política de pressão do Palácio do Planalto sobre governadores e prefeitos", disse Tidei.

Emendas

Ele e os senadores Mário Covas (PSDB-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) já estudam emendas que pretendem apresentar ao pacote, para permitir que as administrações estaduais e municipais mantenham a independência assegurada pela Constituição. "Nada que é decidido pelo presidente Fernando Collor me assusta, já que ele sempre se comportou como um Janiozinho",

criticou Covas, referindo-se ao ex-presidente Jânio Quadros, e denunciando que o maior vício do pacote é o excesso de poderes que atribui ao Governo Federal. "Como a União passou a ter o controle absoluto de todas as fontes possíveis de financiamento dos governos estaduais, está claro que Collor continua empenhado em ter o poder absoluto sobre tudo", disse Covas.

O senador lembrou que Collor começou confiscando o dinheiro da população e que agora faz outro confisco, de cifras ainda não conhecidas. "Eu não conheço paralelo,

na história, de uma pessoa com tanto poder", comentou. O senador Eduardo Suplicy foi irônico: "Se for o governador de Alagoas que vier pedir esses recursos, será prontamente atendido. Já se for a Luiza Erundina (prefeita de São Paulo, do PT), levará uma porta na cara. Quem é que pode levar esse governo a sério?", reclamou. Preocupado o dia todo em falar com o secretário de Planejamento de São Paulo, Frederico Mazuchelli, sobre essa consequência do pacote, o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) disse que a independência dos governadores agora está nas mãos "dessa ministra da Economia".

MPs unem Lula e Ulysses

Os presidentes do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, pretendem elaborar em conjunto um projeto alternativo para substituir as medidas provisórias 294 (desindexação da economia) e 295 (congelamento de preços e salários). A proposta foi discutida ontem e será apresentada até amanhã, quando termina o prazo de apresentação de emendas ao plano econômico.

"Se todos conseguirmos uma posição conjunta, teremos a maioria de votos no plenário", contabilizou Ulysses Guimarães, na expectativa de reunir o apoio das banca-

das do PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB, PCB e PC do B ao projeto alternativo. Ele admite, porém, que as mudanças vão atingir apenas a "periferia" do plano.

O PMDB começou a discutir ontem com o economista do partido e secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, Luiz Gonzaga Beluzzo, as linhas gerais do projeto alternativo da oposição. O líder em exercício do PMDB, deputado Genivaldo Correa (BA) disse que a maior preocupação do partido é reduzir a perda salarial prevista com o reajuste dos salários pela média determinado pela Medida Provisória nº 295. (AE)